Proposta de Emenda à Constituição nº _____, de 2010

(Do DEPUTADO VICENTINHO e outros)

Inclui o parágrafo 22 ao artigo 40 da Constituição Federal, garantindo ao atual professor de educação infantil a contagem do tempo de efetivo exercício em cargo, emprego ou função pública em unidade de atendimento às crianças de zero até seis anos de idade, antes da integração destas ao sistema municipal de ensino, para fins de aposentadoria.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Inclui o parágrafo 22 ao artigo 40 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“§ 22: No caso da concessão de aposentadorias para os atuais professores educadores, que tenham atuado anteriormente em unidades de atendimento às crianças de zero até seis anos de idade, em período anterior à integração destas ao sistema municipal de ensino, para fins do disposto no parágrafo 1º, inciso III, “a” e no parágrafo 5º, ambos deste artigo, computa-se como tempo no cargo efetivo, tempo de efetivo exercício em função de magistério e tempo de carreira, o tempo de exercício em cargo, emprego ou função pública anterior, qualquer que seja a sua denominação, desde que tenham como atribuição a responsabilidade direta pelo cuidado, observação, orientação e educação de crianças nesta faixa etária, bem como a coordenação, o assessoramento pedagógico e a direção da unidade escolar.”

Art. 2º. Esta emenda entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta de emenda à Constituição Federal foi construída a partir do debate travado pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São Paulo, da Federação dos Trabalhadores Municipais do Estado de São Paulo - FETAM e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Municipais – CONFETAM. A PEC abrange a problemática da aposentadoria das

profissionais que atuam na educação infantil, antes trabalhadoras das creches. Estas profissionais que cuidam e educam as crianças de zero a três anos, onze meses e 29 dias, antes eram subordinadas, na maior parte das vezes, às Secretarias de Assistência Social dos entes federados. Por força do artigo 89 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, L.D.B., as creches passaram a integrar o sistema de ensino municipal:

“Art. 89. *As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.”*

A título de exemplo, usamos a experiência do município de São Paulo. Nele as creches foram transferidas para a Secretaria Municipal de Educação, e às profissionais, na sua grande maioria mulheres, foi oferecido curso de formação, que conferiu a elas a elevação do nível de escolaridade, do básico, em sua grande maioria, para o médio na modalidade normal. Em função desta ascensão de escolaridade, e do comando contido na LDB, estas profissionais puderam transformar seus cargos em de professora, e passaram a integrar, desta forma, o magistério municipal.

Na verdade, a LDB não inovou o ordenamento jurídico, mas sim tratou de declarar, de forma clara e límpida, os preceitos constitucionais sobre a educação infantil, esculpidos no artigo 208 da Constituição Federal:

“Art. 208 – *O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

I – (...)

II – (...)

III – (...)

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

(...). (negritos nossos)

Nossa Carta Magna, portanto, conceituou as creches como o primeiro estabelecimento de ensino a garantir o direito social de todo cidadão de ter acesso à educação.

Pois bem, apesar da LDB ter reconhecido o que a Constituição Federal já estabelecia, estamos enfrentando um problema muito grave, no momento em que estas profissionais tentam se aposentar: a impossibilidade da aposentadoria destas profissionais ocorrer com base nos vencimentos do cargo de professora que ocupam atualmente.

Há, portanto, várias profissionais que estão beirando os 70 anos, data da aposentadoria compulsória. A elas, o ente público não está possibilitando que a aposentadoria se dê com base no cargo de professora, impedindo de computar, inclusive, os vencimentos deste, por considerar que o cargo de professora, ocupado por menos de 5 anos por várias delas, não é o mesmo do anterior, de pajem ou auxiliar de desenvolvimento infantil. Trata-se de cargo diferente em que se dará a aposentadoria, a teor do disposto no artigo 40, parágrafo 1º, inciso III da Constituição Federal.

Existem ainda outras que, apesar de estarem próximas de preencher os requisitos da aposentadoria especial dos professores, deixam de aposentar-se, já que há o entendimento de que os anos anteriores não se trataram de período em que a profissional exerceu função de magistério, o qual só é reconhecido com a transformação do cargo anterior para o de professora. Veda-se o gozo das situações da aposentadoria especial do magistério para estas profissionais, estabelecido no parágrafo 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Enfim, temos a seguinte situação:

- a) os entes públicos, em atendimento ao mandamento da LDB, integraram as creches aos sistemas de ensino municipal, e investiram recursos financeiros nesta integração, na medida em que concederam cursos de formação às profissionais lotadas nestes equipamentos;
- b) as profissionais despenderam tempo e também recursos próprios, na compra de material e na locomoção até o local onde o curso era ministrado, nesta elevação de sua formação, tiveram seus padrões de vencimento elevados, criando, portanto, expectativas para o presente, e para o futuro;
- c) todo o investimento pessoal e público deveria, portanto, ser recompensado não só durante o exercício das atribuições destas profissionais na ativa, mas também no momento em que elas se aposentam. Temos, atualmente, uma situação antitética: as profissionais, na ativa, têm vencimentos altos, já que foram reconhecidas como profissionais de ensino, e não apenas cuidadoras. Mas, quando se aposentam, este reconhecimento é esquecido, na medida em que a interpretação das regras constitucionais de aposentadoria é feita de forma restritiva, desconsiderando-se o tempo de exercício do cargo anterior como tempo de magistério, ou como tempo na carreira.

No intuito de solucionar esta problemática, reconhecendo o tempo anterior de exercício de cargos, empregos ou funções públicas em unidades de atendimento às crianças de zero a seis anos, portanto, relativas à educação infantil, criou-se um parágrafo novo ao artigo 40 da Constituição Federal, que trata da aposentadoria. Este novo parágrafo trata especificamente dos atuais professores, que antes atuavam nas creches ou estabelecimentos similares, cuidando de crianças, e que, em razão da determinação da L.D.B., transformaram seus cargos, empregos e funções e integraram-se formalmente ao magistério, e as unidades, ao sistema municipal de ensino.

O parágrafo 22 visa possibilitar que o tempo anterior, no exercício de atribuição que exigisse a responsabilidade direta pelo cuidado, observação, orientação e educação de crianças nesta faixa etária, seja considerado como tempo de cargo efetivo, de efetivo exercício em função de magistério e tempo de carreira, evitando-se prejuízo a estes profissionais no momento da aposentadoria, corrigindo as injustiças que vêm ocorrendo atualmente com eles.

Como houve um investimento público na qualificação destes profissionais, que decorreu do reconhecimento constitucional do atendimento de crianças de zero a seis anos como exercício do direito social à educação infantil, fazia-se necessário possibilitar a aplicação a eles das mesmas regras atinentes aos profissionais do magistério, do qual são integrantes agora, evitando-se tratamentos diferenciados.

Tal medida ratifica também o trabalho destes profissionais como educacional, mesmo antes da integração das unidades em que atuavam ao sistema municipal de ensino, situação que há muito merecia ter este reconhecimento explícito pelo ordenamento constitucional, evitando-se interpretações equivocadas nos âmbitos estaduais e municipais.

Contamos com a aprovação desta medida pelos Senhores Deputados, como forma do reconhecimento do atencioso trabalho desenvolvido pelos profissionais nas unidades de atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, em todo o país.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado VICENTINHO